

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Canarana Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanço patrimonial.....	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Canarana Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Canarana Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 5, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

A Canarana Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 21 de fevereiro de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Building a better
working world

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Ativo			(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.615	157.288	285
Concessionárias e permissionárias	9	7.399	7.087	-
Contas a receber - partes relacionadas	25	14	-	-
Adiantamento a fornecedores	12	3.911	1.815	-
Impostos a recuperar	11	3.763	3.629	113
Outros ativos circulantes		39	150	251
		21.741	169.969	649
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários	10	5.012	-	-
Outros ativos não circulantes		-	90	108
Imobilizado	13	247.052	257.397	173.701
Intangível	14	4.054	3.054	2.863
		256.118	260.541	176.672
Total do ativo		277.859	430.510	177.321

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Passivo			(reapresentado)	(reapresentado)
Passivo circulante				
Fornecedores – terceiros	16	4.793	9.566	22.894
Fornecedores - partes relacionadas	25	246	4	-
Empréstimos com partes relacionadas	25	-	115.546	-
Empréstimos e financiamentos com terceiros	15	10.820	9.687	-
Tributos e contribuições sociais	17	9.032	673	2.031
Taxas regulamentares	18	506	208	-
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	19	13.073	800	-
Outros passivos circulantes		1.332	1.524	836
		39.802	138.008	25.761
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos com terceiros	15	128.284	137.791	-
Empréstimos com partes relacionadas		-	-	9.806
		128.284	137.791	9.806
Patrimônio líquido	19			
Capital social		84.001	144.001	144.001
Reserva de Lucros		110.075	79.199	-
Reserva Legal		6.642	4.211	-
Prejuízo acumulado		(90.945)	(72.700)	(2.247)
		109.773	154.711	141.754
Total do passivo e do patrimônio líquido		277.859	430.510	177.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> <u>(reapresentado)</u>
Receita operacional líquida	20	65.639	35.869
Custo da operação	21	<u>(13.283)</u>	<u>(6.235)</u>
Lucro bruto		52.356	29.634
Despesas gerais e administrativas	22	(2.983)	(3.186)
Outras despesas/receitas operacionais		<u>(87)</u>	<u>-</u>
Lucro antes do resultado financeiro		49.286	26.448
Resultado financeiro	24	<u>(9.849)</u>	<u>(5.291)</u>
Receita financeira		2.127	17
Despesa financeira		(11.976)	(5.308)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>39.437</u>	<u>21.157</u>
Imposto de renda e contribuição social		(9.045)	(7.400)
Lucro líquido do exercício		<u>30.392</u>	<u>13.757</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	30.392	13.757
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>30.392</u>	<u>13.757</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros		Lucro (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	144.001	-	-	(2.247)	141.754
Constituição de reserva legal	-	4.211	-	(4.211)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	79.199	(79.199)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(800)	(800)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	13.757	13.757
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	144.001	4.211	79.199	(72.700)	154.711
Redução de capital conforme AGE 12 setembro de 2019	(60.000)	-	-	-	(60.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.392	30.392
Juros sobre capital próprio	-	-	(15.330)	-	(15.330)
Constituição da reserva legal	-	2.431	-	(2.431)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	46.206	(46.206)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	84.001	6.642	110.075	(90.945)	109.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> <u>(reapresentado)</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	39.437	21.157
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações cambial sobre financiamentos	11.641	156
Depreciação e amortização	7.367	4.703
Variação Monetária do financiamento	-	19
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	87	-
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(398)	(7.087)
Contas a receber - partes relacionadas	(14)	-
Impostos a recuperar	(3.178)	82
Adiantamentos a fornecedores	(2.096)	(1.815)
Adiantamento de seguros	-	(197)
Outros ativos	202	160
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	107	(13.329)
Fornecedores partes relacionadas	242	(9.806)
Tributos e contribuições sociais	2.407	14.870
Taxas regulamentares	298	208
Outros passivos	(5.071)	956
Juros pagos	(13.994)	-
Impostos pagos	(2.350)	(21.944)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	34.687	(11.867)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	1.977	(88.434)
Títulos e valores mobiliários	5.012	-
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(3.035)	(88.434)
Empréstimos captados	-	257.304
Redução de capital	(60.000)	-
Financiamentos pagos	(121.567)	-
Dividendos pagos	(758)	-
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(182.325)	257.304
(Redução)/ Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(150.673)	157.003
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	157.288	285
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.615	157.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Canarana Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “CNTE”), foi constituída em 27 de abril de 2016 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1. Da concessão

Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 58.212.630 e deságio de 5,29% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão:

- (i) Linha de Transmissão em 230kV entre as subestações Paranatinga e Canarana, em circuito simples, com extensão aproximada de 275km.
- (ii) Novo pátio da subestação Paranatinga, em 500/230kV, 3x40 MVA mais unidade reserva.
- (iii) Subestação Canarana, em 230/138kV, 3x40 MVA mais unidade reserva, equipamentos compensação reativa, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
- (iv) A entrada em operação da Companhia ocorreu no mês de Junho de 2018, conforme termos de liberação para operação comercial emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.2. Receita anual permitida (RAP)

De acordo com o contrato de concessão nº 16/2016 firmado entre a Canarana e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a transmissora receberá pela prestação do serviço público de transmissão, até o final da concessão, a RAP de R\$ 58.213 (valor histórico), data base janeiro/2016. Ainda conforme o contrato a receita devida à transmissora será reajustada anualmente todo mês de julho, por fórmula pré-estabelecida que utiliza o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como base.

A concessionária obteve a permissão para começar a receber RAP em 04 de junho de 2018 quando da emissão do Termo de Liberação Definitivo pelo ONS.

Em 26 de junho de 2018 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 64.542 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 67.548 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

No exercício de 2019 houve reclassificações referentes aos saldos apresentados em 2018 de valores que se encontravam em adiantamento de seguros no ativo circulante para a conta de outros ativos circulantes no montante de R\$107; reclassificado adiantamento de seguros no ativo não circulante para a conta de outros ativos não circulantes no montante de R\$ 90.

No passivo circulante, foram reclassificados tributos e contribuições sociais num montante de R\$ 96 para a conta de outros passivos circulantes; reclassificação de outros passivos circulantes num montante de R\$ 4 para a conta de fornecedores parte relacionadas; reclassificação de outros passivos circulantes num montante de R\$ 208 para taxas regulamentares.

Não foram efetuadas outras reclassificações nas demonstrações contábeis regulatórias.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 30 de junho de 2020.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado na demonstração contábil regulatória. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante

3. Resumo das principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja notas explicativas 13 - Imobilizado e 14 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

- **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

5. Reapresentação dos saldos comparativos

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro”, procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima e seus impactos tributários correlacionados, conforme nota explicativa 7. As tabelas a seguir resumem os impactos decorrentes da reapresentação dos saldos regulatórios no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste exercício em cada uma das linhas afetadas da DCR originalmente publicada em 25 de abril de 2019. Não houve alterações dos saldos de abertura de 01 de janeiro de 2018 nem impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Balanço Patrimonial	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Impostos a recuperar	(ii)	31	3.598	3.629
Demais ativos circulantes não impactados		166.340	-	166.340
		166.371	3.598	169.969
Ativo não circulante				
Demais ativos não circulantes não impactados		260.541	-	260.541
		260.541	-	260.541
Total do ativo		426.912	3.598	430.510
	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Dividendos propostos	(i)	758	42	800
Demais passivos circulantes não impactados		137.208	-	137.208
		137.966	42	138.008
Passivo não circulante				
Demais passivos não circulantes não impactados		137.791	-	137.791
		137.791	-	137.791
Patrimônio líquido				
Capital social		144.001	-	144.001
Reserva de retenção de lucros	(i)	75.004	4.195	79.199
Reserva legal	(i)	3.987	224	4.211
Prejuízo acumulado	(i)	(71.837)	(863)	(72.700)
		151.155	3.556	154.711
Total do passivo e do patrimônio líquido		426.912	3.598	430.510

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Demonstração do resultado	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida		35.869	-	35.869
Outros		(14.712)	-	(14.712)
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(10.998)	3.598	(7.400)
Lucro líquido do exercício		10.159	3.598	13.757

Demonstração do resultado abrangente	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Lucro líquido do exercício	(ii)	10.159	3.598	13.757
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Total de resultados abrangentes		10.159	3.598	13.757

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		141.754	-	141.754
Lucro líquido do período	(ii)	10.159	3.598	13.757
Dividendos propostos	(i)	(758)	(42)	(800)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		151.155	3.556	154.711

- (i) As mudanças ocorridas nas linhas de dividendos propostos e no patrimônio líquido das DCRs são reflexos dos recálculos realizados no resultado das demonstrações financeiras rerepresentadas devido a adoção do CPC 47;
- (ii) Impacto dos impostos correntes sobre os ajustes efetuados nas demonstrações financeiras rerepresentadas devido a adoção do CPC 47.

6. Normas e interpretações novas e revisadas

6.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

- **CPC 06 (R2) – Arrendamentos**

O CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor).

Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias.

- **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente.

As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.

Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

- **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa**

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Melhorias anuais

- **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro**

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados.

A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevêem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias.

6.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.”

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

7. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2019			31/12/2018 (reapresentado)		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		21.741	65.570	87.311	169.969	61.512	231.481
Caixa e equivalentes de caixa		6.615	-	6.615	157.288	-	157.288
Concessionárias e permissionárias		7.399	-	7.399	7.087	-	7.087
Contas a receber – partes relacionadas		14	-	14	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		3.911	-	3.911	1.815	-	1.815
Impostos a recuperar		3.763	-	3.763	3.629	-	3.629
Ativo de contrato	a	-	65.570	65.570	-	61.512	61.512
Outros ativos circulantes		39	-	39	150	-	150
Ativo não circulante		256.118	263.102	519.220	260.541	239.284	499.825
Ativo de contrato	a	-	514.030	514.030	-	499.522	499.522
Títulos e valores mobiliários		5.012	-	5.012	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	-	-	90	-	90
Imobilizado	b	247.052	(246.933)	119	257.397	(257.260)	137
Intangível	b	4.054	(3.995)	59	3.054	(2.978)	76
		277.859	328.672	606.531	430.510	300.796	731.306

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019			31/12/2018 (reapresentado)		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		39.802	5.480	45.282	138.008	5.295	143.303
Fornecedores terceiros	f	4.793	5.480	10.273	9.566	5.295	14.861
Fornecedores partes relacionadas		246	-	246	4	-	4
Empréstimos e financiamentos		10.820	-	10.820	9.687	-	9.687
Empréstimos e financiamentos com terceiros		-	-	-	115.546	-	115.546
Impostos e contribuições sociais		9.032	-	9.032	673	-	673
Taxas regulamentares		506	-	506	208	-	208
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio		13.073	-	13.073	800	-	800
Outros passivos circulantes		1.332	-	1.332	1.524	-	1.524
Passivo não circulante		128.284	144.712	272.996	137.791	135.266	273.057
Empréstimos e financiamentos		128.284	-	128.284	137.791	-	137.791
Impostos diferidos	c	-	144.712	144.712	-	135.266	135.266
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido		109.773	178.480	288.253	154.711	160.236	314.947
Capital social		84.001	-	84.001	144.001	-	144.001
Reserva de lucros		110.075	-	110.075	79.199	-	79.199
Reserva especial de lucros a realizar		-	87.535	87.535	-	87.536	87.536
Reserva legal		6.642	-	6.642	4.211	-	4.211
Prejuízo acumulado	d/e	(90.945)	90.945	-	(72.700)	72.700	-
		277.859	328.672	606.531	430.510	300.797	731.307

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019			31/12/2018 (reapresentado)		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	65.639	16.823	82.462	35.869	205.513	241.382
Custo da operação	e	(13.283)	9.337	(3.946)	(6.235)	(93.458)	(99.693)
Lucro bruto		52.356	26.160	78.516	29.634	112.055	141.689
Despesas gerais e administrativas		(2.983)	-	(2.983)	(3.142)	-	(3.142)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(87)	-	(87)	(44)	-	(44)
Resultado antes do resultado financeiro		49.286	26.160	75.446	26.448	112.055	138.503
Resultado financeiro		(9.849)	(184)	(10.033)	(5.291)	(5.546)	(10.836)
Receita financeira		2.127	-	2.127	17	-	18
Despesa financeira		(11.976)	(184)	(12.160)	(5.308)	(5.546)	(10.854)
Lucro antes dos impostos		39.437	25.976	65.413	21.157	106.510	127.667
Imposto de renda e contribuição social	c	(9.045)	(7.731)	(16.776)	(7.400)	(36.057)	(43.457)
Lucro líquido do exercício		30.392	18.245	48.637	13.757	70.453	84.210

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

d) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

f) Fornecedores terceiros

A variação do saldo da conta de fornecedores entre a demonstração contábil regulatória e a demonstração financeira é devida pela provisão para encerramento de obra no societário, que para fins regulatórios são absorvidos no grupo de ativo imobilizado.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

8. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Caixa	1	-	-
Banco	400	488	285
Aplicações financeiras	6.214	156.800	-
	<u>6.615</u>	<u>157.288</u>	<u>285</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento. Os CDBs podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração de 97% da taxa CDI.

9. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
A vencer	6.532	6.722	-
Vencidas até 30 dias	22	365	-
Vencidas até 60 dias	7	-	-
Vencidas até 90 dias	6	-	-
Vencidas até 120 dias	1	-	-
Vencidas até 180 dias	-	-	-
Vencidas há mais de 180 dias	918	-	-
	<u>7.486</u>	<u>7.087</u>	<u>-</u>
(-) PCLD	(87)	-	-
	<u>7.399</u>	<u>7.087</u>	<u>-</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Provisão	(87)	-	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(87)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

10. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Conta reserva - financiamentos	5.012	-	-
	<u>5.012</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

11. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Circulante		(reapresentado)	
PIS	13	-	-
COFINS	77	-	-
IR s/aplicações financeiras	-		113
IRPJ	2.718	2.718	-
CSLL	911	911	-
Outros Impostos a Recuperar	9	-	-
ICMS a recuperar	34	-	-
ISS a recuperar	1	-	-
	<u>3.763</u>	<u>3.629</u>	<u>113</u>

12. Adiantamento a fornecedores

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Toshiba América do Sul Ltda	1.529	-	-
Huawei Servicos do Brasil Ltda	1.822	1.815	-
Outros	560	-	-
	<u>3.911</u>	<u>1.815</u>	<u>-</u>

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

13. Imobilizado

13.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2018	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2019	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 01/01/2018
Ativo imobilizado em serviço											
Transmissão	261.784	-	-	(5.872)	-	255.912	(5.872)	(11.853)	244.059	257.260	-
Terrenos	283	-	-	-	-	283	-	-	283	283	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.350	-	-	(1.426)	-	6.924	(1.426)	(396)	6.528	8.174	-
Máquinas e equipamentos	253.148	-	-	(4.446)	-	248.702	(4.446)	(11.457)	237.245	248.800	-
Móveis e utensílios	3	-	-	-	-	3	-	-	3	3	-
Administração	150	-	-	(4)	-	146	(4)	(35)	111	137	-
Máquinas e equipamentos	144	-	-	(4)	-	140	(4)	(34)	106	131	-
Móveis e utensílios	6	-	-	-	-	6	-	(1)	5	6	-
	261.934	-	-	(5.876)	-	256.058	(5.876)	(11.888)	244.170	257.397	-
Ativo imobilizado em curso											
Transmissão	-	856	(3.858)	5.876	-	2.874	2.874	-	2.874	-	173.638
Máquinas e equipamentos	-	94	-	-	-	94	94	-	94	-	41.096
Outros	-	762	(3.858)	5.876	-	2.780	2.780	-	2.780	-	132.542
Administração	-	8	-	-	-	8	8	-	8	-	63
Máquinas e equipamentos	-	8	-	-	-	8	8	-	8	-	63
	-	864	(3.858)	5.876	-	2.882	2.882	-	2.882	-	-
Ativo imobilizado	261.934	864	(3.858)	-	-	258.940	(2.994)	(11.888)	247.052	257.397	173.701

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

13.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019		2018
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Transmissão	7,81%	255.912	(11.853)	244.059
Administração	7,51%	146	(35)	111
		256.058	(11.888)	244.170
				257.397

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

13.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2019

Adições do ativo imobilizado em curso	Material e equipamentos
Máquinas e Equipamentos	94
A Ratear	475
Desenvolvimento de Projetos	4
Material em Depósito	153
Adiantamentos a Fornecedores	118
Depósitos Judiciais	12
	856

13.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2019

Não houve adições de ativo imobilizado em serviço no exercício de 2019.

13.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2019

Não houve baixas de ativo imobilizado em serviço no exercício de 2019.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

14. Intangível

14.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2018	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2019	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 01/01/2018
Ativo intangível em serviço											
Transmissão	2.978	-	-	-	-	2.978	-	-	2.978	2.978	-
Servidões	2.978	-	-	-	-	2.978	-	-	2.978	2.978	-
Administração	86	-	-	-	-	86	-	(27)	59	76	84
Servidões	-	-	-	86	-	86	86	(27)	59	-	-
Softwares	86	-	-	(86)	-	-	(86)	-	-	76	84
	3.064	-	-	-	-	3.064	-	(27)	3.037	3.054	84
Ativo intangível em curso											
Transmissão	-	1.040	(23)	-	-	1.017	1.017	-	1.017	-	2.779
Deposito judicial	-	1.007	-	-	-	1.007	1.007	-	1.007	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.777
Softwares	-	33	(23)	-	-	10	10	-	10	-	2
	-	1.040	(23)	-	-	1.017	1.017	-	1.017	-	2.779
Ativo Intangível	3.064	1.040	(23)	-	-	4.081	1.017	(27)	4.054	3.054	2.863

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

14.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019			2018
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	2.978	-	2.978	2.978
Administração	10,00%	86	(27)	59	76
		3.064	(27)	3.037	3.054

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

14.3. Principais aquisições do ativo intangível em curso em 2019

Adições do ativo intangível em curso	Material e equipamentos
Depósitos Judiciais	1.007
Softwares	34
	1.040

14.4. Principais adições do ativo intangível em serviço 2019

Não houve adições de ativo intangível em serviço no exercício de 2019

14.5. Principais baixas do ativo intangível em serviço 2019

Não houve baixa de ativo intangível em serviço no exercício de 2019.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

15. . Empréstimos e financiamentos

a) Total da dívida

<u>Descrição</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantidor</u>	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
BNDES	dez/18	jan/33	SGBH	TJLP + 1,93%	139.104	147.478	-
Mútuo SGBH	dez/17	dez/18	N/A	108% CDI	-	115.546	-
					139.104	263.024	-
Circulante					10.820	125.233	-
Não circulante					128.284	137.791	-
					139.104	263.024	-

Mútuo SGBH

Em 8 de janeiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº27 publicado no D.O. de 09 de janeiro de 2018 seção 1, p. 26, v. 155, n. 6 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, o Contrato de Mútuo entre a Canarana Transmissora de Energia S.A. e a State Grid Brazil Holding - SGBH no valor de R\$ 110.000 pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento.

Sobre o montante, incidirão juros equivalentes à 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados *pro-rata-die* com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano.

O saldo devedor, devidamente acrescido da remuneração (conforme definido acima), foi integralmente pago em janeiro de 2019.

BNDES

Em 18 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 180.983 destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão. Sobre o montante incidirão juros de 1,93% (um vírgula noventa e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Do total deste montante, R\$ 147.304 já foram repassados pelo BNDES em 26 de dezembro de 2018.

Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2019 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2033.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Garantias

- Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH.
- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

•

Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2. O referido índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2019. Abaixo está o cálculo do índice para 2019:

A) Geração de Caixa	54.303
(+) EBITDA	56.653
(-) Pagamento de IR + CS	(2.350)
B) Serviço da Dívida	19.831
(+) Amortização de dívida	9.713
(+) Pagamento de juros	10.118
Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	2,74

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR
- (+/-) Resultado Financeiro Líquido
- (+/-) Resultado de equivalência
- (+) Depreciações e amortizações
- (+/-) Perdas (desvalorização) por Impairment
- (+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis

A Companhia também deve apresentar o Índice de Capitalização com valor igual ou superior a 20%, conforme cálculos abaixo:

Patrimônio Líquido (A)	109.773
Ativo Total (B)	277.859
Índice de Capitalização (A/B)	
39%	

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

a) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal):

	<u>Amortização</u>
2021	10.600
2022	10.600
2023	10.600
2024-2033	96.484
	<u>128.284</u>

16. Fornecedores

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Provisão para encerramento de obra	2.073	6.952	-
Fornecedores relacionados à construção	2.427	2.409	22.675
Gastos ambientais e fundiários		99	192
Prestadores de serviços	175	44	15
Outros	118	62	12
	<u>4.793</u>	<u>9.566</u>	<u>22.894</u>

17. Tributos e contribuições sociais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
		(reapresentado)	
IRPJ	4.459	-	-
CSLL	1.542	-	-
PIS	96	79	-
COFINS	462	365	-
Outros	2.473	229	-
	<u>9.032</u>	<u>673</u>	<u>-</u>

18. Taxas regulamentares

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	22	21	-
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	484	187	-
	<u>506</u>	<u>208</u>	<u>-</u>

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$144.001, dividido em 144.001.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada.

Em 12 de setembro de 2019, através de Assembleia Geral extraordinária, os sócios decidiram pela redução do capital social, inteiramente integralizado, de R\$ 60.000, pelo cancelamento de 60.000.000 (sessenta milhões) de ações ordinárias nominativas, tudo em conformidade com o artigo 173 da lei 6.404/76.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 84.001 representado por 84.001.000,00 (oitenta e quatro milhões e um mil) ações ordinárias, nominativas, como valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>2019 e 2018</u>
SGBH	99,99%
<i>International Grid Holdings Limited</i>	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva Legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Lucro líquido do exercício - societário	48.637	84.210
Reserva legal (5%)	(2.432)	(4.210)
Base de cálculo para os dividendos	46.205	79.999
Dividendo mínimo obrigatório	462	800
Provisão de Juros sobre capital próprio	<u>15.330</u>	<u>-</u>

Em 17 de dezembro de 2019, o conselho da Administração aprovou em assembleia geral extraordinária o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 15.330 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre o juros sobre capital próprio foi de R\$ 2.300 o que gerou um valor líquido a pagar de R\$13.031, que será pago até dezembro de 2020. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Com os ajustes de reapresentação no ano de 2018, a Companhia recalculou os dividendos gerando um ajuste no valor de R\$ 42.373 (conforme nota explicativa 4). Diante disso, o valor de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar foi de R\$ 13.072.897.

20. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita operacional bruta	73.359	40.471
Receita de rateio de antecipação	85	-
Receita de encargos de transmissão	59.802	33.475
Recuperação de PIS e COFINS	6.431	3.767
Receita Rede de Fronteira	4.348	2.079
Receita de CCT	643	1.150
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(1.083)	-
Indisponibilidade de equipamentos	(61)	-
Descontos Incidentes na TUST	3.194	-
Deduções da receita operacional	(7.720)	(4.602)
PIS	(1.210)	(734)
COFINS	(5.575)	(3.382)
P&D	(678)	(359)
TFSEE	(257)	(127)
	<u>65.639</u>	<u>35.869</u>

21. Custo da Operação

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	(5.078)	(1.296)
Material	(186)	(5)
Serviços de terceiros	(56)	(11)
Depreciação e amortização	(7.328)	(4.525)
Gastos diversos (i)	(487)	(277)
Outros	(148)	(121)
	<u>(13.283)</u>	<u>(6.235)</u>

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

22. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	(1.698)	(1.496)
Material	(4)	(1)
Serviços de terceiros	(416)	(766)
Arrendamentos e aluguéis	(94)	(77)
Doações	(271)	(449)
Provisão/reversão (i)	(87)	-
Tributos	(5)	(32)
Depreciação e amortização	(39)	(23)
Outras	(369)	(298)
	<u>(2.983)</u>	<u>(3.142)</u>

23. Despesas com pessoal

Pessoal - operação

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Remuneração	(3.355)	(966)
Encargos	(1.257)	(318)
Outros Benefícios - Corrente	(456)	(12)
Outros	11	
	<u>(5.056)</u>	<u>(1.296)</u>

Pessoal - administração

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remuneração	(1.105)	(1.000)
Encargos	(434)	(314)
Benefícios	(139)	(182)
Outros	(20)	
	<u>(1.698)</u>	<u>(1.496)</u>
	<u>(6.754)</u>	<u>(2.792)</u>

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

24. Resultado financeiro

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita financeira	2.127	17
Receitas de aplicações financeiras	2.151	19
Outras receitas financeiras	80	(1)
Tributos sobre receitas financeiras	(104)	(1)
Despesa financeira	(11.976)	(5.308)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(11.387)	(4.997)
Juros e multas	(355)	(310)
Outras despesas financeiras	(234)	(1)
	<u>(9.849)</u>	<u>(5.291)</u>

25. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

25.1. Ativo

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Contas a receber - partes relacionadas	14	-	-
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	14	-	-

25.2. Passivo

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	246	115.550	9.806
Aluguel (ii)	6	-	-
Outros	240	4	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	115.546	9.806

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

25.3. Resultado

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado - partes relacionadas	(76)	(71)
Despesa de aluguel (ii)	(76)	(71)

(i) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

26. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

26.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.615	157.288	285
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Concessionárias e permissionárias	9	7.399	7.087	-
Adiantamento a fornecedores	12	-	1.815	-
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Financiamentos - terceiros	15	139.104	147.479	-
Fornecedores - partes relacionadas	25	246	4	-
Fornecedores - terceiros	16	4.793	9.566	22.894
Empréstimos - partes relacionadas	25	-	115.546	9.806

26.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

c) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

27. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	247.876	247.876
Seguro patrimonial	Risco operacional	10.000	10.000
		257.876	257.876

29. Efeitos da pandemia do COVID-19

a) Contexto geral

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos, vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivos e Legislativos da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para Decreto Legislativo n 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

b) Medidas de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as seguintes, que foram adotadas pelas companhias do Grupo:

- (i) Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS e da Contribuição Previdenciária relativos as competências de abril e maio para os meses de agosto e outubro de 2020;
- (ii) Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020;
- (iii) Redução das alíquotas das contribuições de serviços sociais autônomos no período compreendido entre abril e junho de 2020;
- (iv) Prorrogação dos prazos para a entrega das obrigações acessórias como DCTF e EFD, dentre outras;

A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão desse relatório, tem caráter temporário e servirão para mitigar possíveis impactos da pandemia nos próximos três meses em média. Por esse motivo, não produzem alteração no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia no exercício de 2020.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

c) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia decidiu adotar algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Dentre essas medidas destacam-se as seguintes:

- (i) Adoção do trabalho *homeoffice* para seus colaboradores, para evitar deslocamentos e potencial risco de contágio.

d) Impacto nas operações da Companhia

Considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e não identificou impactos nas operações da companhia até o presente momento.